O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE UMA PESPECTIVA CRÍTICA DE EDUCAÇÃO

Felipe Casonato Lourenço[1]

Caroline de Souza Vieira[2]

Resumo: Historicamente desde a sua origem o currículo foi pensado por diversas tendências pedagógicas que almejavam desenvolver propostas efetivas para uma educação que atendesse potencialmente as demandas sociais, porém ainda hoje encontramos em grande parte das escolas a concepção tradicional de currículo. Está pesquisa tem como objetivo analisar aspectos essenciais de um currículo sob uma perspectiva crítica de educação. O currículo define a identidade de uma escola é ele que norteará as ações educacionais realizadas na escola, é nele que se corporifica as relações sócias, tem influência direta no desenvolvimento e formação do aluno. Apresentaremos alguns dos seus princípios fundamentais norteadores: concepção de educação e finalidade da escola, concepção de ser humano, mundo e sociedade, concepção de professor e estudante, concepção de conteúdo e princípios gerais de seleção, concepção de ensino aprendizagem e concepção de avaliação.

Palavras-Chave: Currículo; concepções, teorias críticas.

Introdução:

Esta pesquisa tem como objetivo analisar aspectos essenciais de um currículo da educação básica sob a perspectiva crítica de educação, para isso se faz necessário entender o que é currículo, sua origem e história na educação brasileira. De acordo com Monteiro (2001): “currículo é um terreno de produção e criação simbólica e cultural’’, é ele que define a identidade da escola e indica caminhos para que o ensino seja de qualidade, tem influência direta no desenvolvimento e formação do estudante.

Moreira e Silva (1997), destacam que o currículo transmite uma visão de mundo, vinculada aos interesses de grupos sociais em posições

[1] **Licenciado em Educação Física, Universidade Estadual de Londrina, fecalo10@hotmail.com.**
[2] **Licenciada em Educação Física, Universidade Estadual de Londrina, Docente da rede municipal de Jataizinho-PR, carolinesvieira7@gmail.com.**

privilegiadas. Por isso ele é permeado de relações de poder. É no currículo que se corporifica as relações sociais.

O currículo deve ser elaborado juntamente com todos que compõe a escola, professores, alunos, equipe pedagógica e os pais. Todo currículo revela juízo de valores, pois nele fica evidente a visão de mundo, de homem, de sociedade, de professor, aluno, de avaliação entre outros, assumindo posturas e concepções que embasarão todo o processo de ensino aprendizagem.

De acordo com Gesser (2002), o currículo antes dos anos 1900 era centrado em desenvolver habilidades profissionais, no final do século XIX e início do século XX inicia nos Estados Unidos o currículo como campo sistemático de trabalho na educação. Conforme Moreira e Silva (1997), a origem do pensamento sobre currículo no Brasil teve início por volta dos anos 20 e 30, tendo como parâmetro diversas teorias, mais fortemente a dos Estados Unidos, defendendo ideias progressistas, cujo os principais autores são Kilpatrick e John Dewey.

Segundo Santos (2009), o Manifesto dos Pioneiros em 1932, representa um momento essencial na história da Educação Brasileira, porque foi por meio dele que começou a ser discutida a educação para a escola pública de boa qualidade e também a promoção de reformas educacionais.

Desde então podemos citar várias influências pedagógicas sobre o currículo, como a visão crítica de educação, o currículo humanístico, currículo tecnológico, entre outros, que almejavam reformas curriculares para atender as necessidades do contexto social em que estavam inseridos.

Atualmente Gesser (2002), explica que ainda continuamos na tentativa de desenvolver propostas adequadas para o currículo, com a meta principal de conseguir uma reforma efetiva capaz de responder potencialmente as demandas sociais de uma forma ampla e eficaz. Porém, estas ainda se mostram como propostas isoladas e grande parte das escolas ainda tem uma concepção tradicional de currículo.

O Currículo na Educação Básica

Na educação, é necessário que se tenha uma base norteadora para que as ações educacionais sejam realizadas todas com um mesmo objetivo geral. Para que se tenha essa base, nos dias de hoje encontramos documentos oficiais os quais baseiam todo o sentido o sistema educacional do brasileiro. Dentre os documentos, encontramos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que deverá "padronizar" algumas ações ocorridas no ambiente escolar principalmente em relação aos conteúdos ensinados nas disciplinas. Outro documento que encontramos na forma de currículo para basear as ações educacionais, e agora direcionadas ao Paraná, são as Diretrizes Curriculares da Educação Básica (SEED-PR, 2008), documento esse que apresenta os objetivos da educação no geral e de cada disciplina que compõe os currículos escolares da rede pública de educação do estado do Paraná. A partir desses documentos, as escolas elaboram seus currículos, ou podemos chamar também de Projeto Político Pedagógico para que toda e qualquer ação que aconteça dentro dos muros da escola, tenha um objetivo já estabelecido.

O Projeto Político Pedagógico na organização das ações educacionais

O Projeto Político Pedagógico é a organização do trabalho pedagógico de uma escola construído a partir da realidade em que a mesma esta inserida e das diretrizes que norteiam o ensino. É um planejamento do que será feio devendo ser vivenciado em todos os momentos e não simplesmente construído e arquivado. Segundo Veiga, "o projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional com um sentido explicito, com um compromisso definido coletivamente".

O Projeto Político Pedagógico é político porque está pautado nos interesses coletivos da população sendo norteado pelo interesse político vigente e sua intenção na formação dos cidadãos para um determinado tipo de sociedade. É pedagógico, pois define ações para alcançar os objetivos estabelecidos para formação dos indivíduos. Segundo Passos:

> "Político e pedagógico têm assim uma significação indissociável. Neste sentido é que se deve considerar o projeto político-pedagógico como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas

> viáveis à efetivação de sua intencionalidade" (PASSOS, 1998, p. 11-35).

Sendo assim o Projeto Político Pedagógico organiza a escola como um todo, assim como organiza o trabalho em sala de aula buscando estabelecer a organização geral da escola, partindo da autonomia que o espaço escolar deve exercer. Para que isto aconteça é necessário que seja realizada a reflexão coletiva e que o projeto seja construído através da participação de todos os envolvidos: educadores, pais, alunos e funcionários. Deve possibilitar o levantamento e a conscientização dos problemas e possíveis soluções, estabelecendo a responsabilidade de todos.

Ao elaborar um documento que norteará as ações educacionais realizadas na escola, é importante apresentar alguns pontos fundamentais para que toda ação aconteça com clareza do objetivo final. Dentre os pontos fundamentais a serem apresentados podemos destacamos alguns princípios norteadores: Concepção de Educação e Finalidade da Escola; Concepção de ser humano, mundo e sociedade; Concepção de professor e estudante; Concepção de conteúdo escolar e princípios gerais de seleção; Concepção de ensino e aprendizagem; Concepção de avaliação.

Concepção de Educação e Finalidade da Escola

Inicialmente deve-se afirmar qual a identidade da escola e o que se deseja deste espaço. Entende-se escola para além de uma estrutura física, mas um espaço onde é possível a reflexão dos diversos aspectos que constitui a sociedade e o próprio sujeito. Pretende-se que a escola tenha uma face progressista, pois conforme elucida Veiga (1991) é um espaço de luta e contestação, na qual o estudante é o sujeito em busca de seus direitos contra as desigualdades existentes na presente ideologia dominante, onde poucos pensam e muitos executam. Compreender e o desejar mudança nas contradições existente em sala de aula é o que se espera dos estudantes enquanto sujeitos críticos e com opiniões construídas a partir de sua realidade social.

A educação deve "estimular a opção e afirmar o homem como homem", ou seja, formar o sujeito transformador, aquele que deixa de somente

se adaptar a vida, mas busca transformar a realidade para ser mais. O ser humano, por meio da Educação, há que tornar-se crítico no sentido de reconhecer que a realidade é mutável e ser ativo para mudar a história, é aquele que indaga, investiga, busca, transforma e supera as contradições existentes na sociedade (FREIRE, 1983, P. 32).

Há de se pensar em uma organização escolar rompendo com pensamentos conservadores e assumir a participação coletiva, respeito das diferenças, solidariedade e seriedade enquanto princípios para a gestão desejada neste Projeto Político Pedagógico.

Romper com os pensamentos conservadores é superar a dualidade existente entre teoria e prática, pensar e fazer, concepção e execução, é alcançar a *práxis* pedagógica na qual as dicotomias citadas se fazem únicas e se completam.

A educação deve ser o meio de libertação do ser humano, deve fazê-lo entender sua situação na realidade, refletir sobre sua participação ou não participação na construção da sociedade no qual se insere e deve criar instrumentos de compreensão sobre sua possibilidade de transformar sua condição e transformar a sociedade através de suas ações, estas ações conscientes movidos por uma intencionalidade.

A escola tem a finalidade de perpetuar os conhecimentos historicamente construídos e socializa-los para que o estudante (re) signifique-o de modo a compreender o contexto em que está inserido e o transforme se necessário. Segundo Saviani (1944, p. 14) “a escola é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado” e “o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (*idem*, 1944, p. 13). Dessa maneira, evidencia-se um dos princípios de ensino, a contextualização sócio histórica, que segundo as Diretrizes Curriculares da Educação Básica (2008) propõe uma articulação que vá além dos limites cognitivos [...] Ao contrário, reforçam essas disciplinas ao se fundamentarem em aproximações conceituais coerentes e nos contextos sócio-históricos, possibilitando as condições de existência e constituição dos objetos dos conhecimentos disciplinares (SEED-PR, 2008, p. 28).

Segundo Mizukami (1986) citando Paulo Freire, a educação que se faz necessária é a educação problematizadora, pois resultará no ser humano sempre refletindo de maneira crítica sobre sua realidade. Na relação entre professor e aluno, segundo a teoria crítica de educação, ambos são sujeito de um processo que crescem e se educam.

A formação do estudante deve ser completa e complexa, considerando-se os aspectos afetivos, sociais, culturais, emocionais, cognitivos, econômicos, políticos, ou seja, o ser humano por inteiro. A complexidade se dá por "prestar contas das articulações despedaçadas pelos cortes entre disciplinas, entre categorias cognitivas e entre tipos de conhecimento. " (Morin, 2005, p. 176).

Segundo Bussmann (1996) caminhar em direção à escola democrática significa trilhar pelo caminho da construção da identidade escolar como espaço-tempo pedagógico com organização e projeto político próprio demonstrando autonomia para a própria gestão sem precisar prestar contas a outro setor.

Dessa maneira a escola há de ser compreendida para além do espaço estrutural, mas enquanto espaço e tempo para socializar os conhecimentos e formar sujeitos autônomos e críticos que se posicionem diante questões como "o que? ", "porque? ", "para que? ", "onde? ", "como? ". Formar sujeitos que conheçam e se envolvam na sociedade, cidadão participativo da sua realidade, e construtor de sua própria história é a finalidade da escola enquanto espaço democrático.

Concepção de Ser Humano, Mundo e Sociedade

Segundo Matos (2007), Piaget entende o homem como uma totalidade que se que esforça para interagir com o todo, ou seja, o ser humano é um sujeito histórico, político, cultural e social dotado de capacidades físicas, biológicas, cognitivas e afetivas. Dessa maneira o homem e o mundo estão em constante interação, ocorrendo assim o seu desenvolvimento, no entanto para que isso ocorra dois elementos são fundamentais, o primeiro é o meio hereditário, que possui influencia direta com as estruturas de pensamentos, e o segundo são as relações entre homem e mundo.

O ser humano não nasce pronto e acabado, em uma perspectiva construtivista Silva (2005), considera que ao longo da vida o sujeito social se desenvolve perpassando por fases, chamadas de estágios, sendo essas: sensório-motor; pré-operatório; o estagio das operações concretas e operações formais ou hipotetco-dedutivo. A transição entre os estágios dependem de quatro fatores sendo eles, maturação interna, experiências físicas, transmissão social e o processo de equilibração.

O homem é um ser de transcendência, que evolui e ressignifica seus pensamentos e conhecimentos. Estabelece relações com as demais pessoas do meio em que vive, sendo critico e refletindo sobre suas ações, sendo assim capaz de provocar mudanças positivas ou negativas sobre a mesma em que está inserido.

Assim como o Estado os homens que se fazem presentes nela vivem e são pautados através de leis, que são fundamentadas pela cultura que a reveste. O sistema que administra atualmente nossa sociedade é o capitalista, que tem como principio a busca pelo lucro e acumulação do capital. Esse sistema acaba por modelar as ações dos indivíduos que dela fazem parte fazendo com que quase todas as suas ações sejam estabelecidas por valores que vão sempre direcionar-se as finalidades que o sistema propõe. A sociedade é o lugar onde o homem esta inserido e que através de suas ações consegue agir, construir, pensar e assim transformar a realidade em que vive, sabendo sempre de seus direitos e deveres perante a sociedade. Para que isso ocorra é necessário situar o homem na sociedade, apresentando seu papel, e desenvolvendo sua criticidade, criatividade, capacidade de reflexão e ação, formando assim um sujeito autônomo. Nesse processo a educação cumpre um papel importante, sendo o de garantir o acesso aos instrumentos que fazem com que as pessoas se coloquem como cidadãos no mundo.

Todo o conhecimento do homem faz parte da construção de sua natureza, estruturando a sua origem e a utilização do conhecimento desenvolvimento apenas se este estiver organizado, ou seja, com sentido e significado, se tornando assim um sujeito argumentativo e discursivo, que tem consciência de que é preciso conviver e atuar na sociedade que o cerca.

Concepção de professor e estudante

Ao longo dos anos as teorias críticas da educação vêm possibilitando um olhar diferenciado, para que o sujeito resolva os problemas encontrados na sociedade. A teoria crítica de educação permite que o professor ensine a partir de uma indagação e, a partir de uma visão de uma sociedade em que o sujeito possa se livrar dessa opressão, coloque-o perante sua formação humana e social.

Ser professor é ser um intelectual transformador, ou seja, questionador acerca do que ensina, como ensinar e qual o objetivo para com o seu ensino. O futuro profissional da docência deve ser sendo aquele que pesquisa, questiona, humaniza, participa e anseia uma transformação na sociedade atual. É o ser humano que procura aperfeiçoar a sociedade em que se está inserido e não se conforma com o seu mundo. (GIROUX, 1997).

Um professor que esteja engajado numa prática transformadora procurará desmitificar e questionar, com o aluno, a cultura dominante, valorizando a linguagem e cultura deste, criando condições para que cada um deles analise seu contexto e produza cultura. (MIZUKAMI,1986,p 99).

Mizukami (1986, p.99), escreve “O professor procurará criar condições para que, juntamente com os alunos, a consciência ingênua seja superada e que estes possam perceber as contradições da sociedade e grupos em que vivem”. O professor deve preocupar-se em ensinar o estudante a caminhar por si só, pois, segundo Morais (1986) “O professor indispensável é aquele que sabe ensinar a caminhada independente, ou seja, a sua própria dispensabilidade”.

O educando deve ser um questionador do mundo, do homem, da sociedade e de si mesmo, com o objetivo de apreender, refletir e compreender a cultura a qual está inserido para novas construções. É um ser em formação que está buscando seu espaço na sociedade e precisa de mediação e auxílio para a construção de seus conhecimentos. Entende-se que o objetivo do professor não é somente auxiliar, mas construir junto com o aluno, o conhecimento.

A partir desse conhecimento adquirido o educando se torna capaz de realizar e organizar seus próprios fundamentos como conhecer seu mundo em que vive, saber refletir nas suas ações perante a sociedade e possibilitar uma educação padronizada em que cada estudante possa não ser igual mas de contribuição ao outro.

O conhecimento do educando se torna mais amplo de acordo do seu contexto social e com a intervenção docente, considerando que as reflexões e as conexões dos saberes ensinados pelo professor contribuirá para que haja sucesso no processo de ensino e aprendizagem.

O educando apropria-se de conhecimentos científicos, interpreta-os, adequá-los à sua realidade e desenvolve seu senso crítico através das relações professor/estudante e estudante/professor, ou seja, é o agente modificador da trajetória da educação e do mundo. Cultivador de meios que levam a um progresso ativo, dinâmico e sustentador da vida humana.

Concepção de conteúdo escolar e princípios gerais de seleção

A escola tem consciência de seu compromisso com a sociedade e no desenvolvimento do seu estudante nos aspectos físicos, psicológicos, intelectuais, emocionais e sociais. Portanto valoriza todo o conhecimento historicamente produzido pela humanidade e reconhecendo a importância deles a serem ensinadas nas aulas. Entendendo que:

> “o conhecimento tem de servir para conhecer o mundo. Para isso, vinculá-lo ao universo, às relações sociais, econômicas, políticas, cientificas, tecnológicas, comunicacionais. O conhecimento é complexo porque o mundo é complexo, intrincado. A abordagem inter e transdisciplinar tem se revelado como uma nova lógica, que resulta em novas organizações do espaço/tempo de ensino/aprendizagem. A interdisciplinaridade se dá na medida em que se parte do fenômeno, da realidade, e se trabalha as áreas do saber sobre e a partir desses fenômenos.”(PIMENTA, 2002).

Portanto, a escolha pelo conteúdo escolar a ser ensinada deve sempre levar em conta a interdisciplinaridade, com a compreensão dos conteúdos enquanto um importante meio de desenvolvimento do estudante, possibilitando sua compreensão do mundo em que vive e de seu papel de um

cidadão ativo, capaz de refletir, ressignificar e transformar sua realidade com consciência.

Com uma perspectiva crítica de educação, de resgate da experiência, de conquista da capacidade de ler o mundo, de escrever a história coletiva, se apropriando das diversas formas de produção da cultura, gerando experiências de educação e socialização, com práticas solidárias entre crianças e jovens, alunos e professores, bem como com a comunidade escolar como um todo, desenvolvendo ações coletivas, estabelecendo elos e laços capazes de gerar o sentido e dar significado ao processo de ensino-aprendizagem, concebendo assim a criança como sujeitos sociais e históricos marcadas pelas contradições das sociedades que estão inseridas.

Concepção de ensino e aprendizagem

Quando se remete a ação docente pautada por visão critica de educação nos voltamos ao ensinar e aprender. Tendo como objetivo a apropriação do conhecimento pelo estudante, superando o simples repasse de informação, uma vez que na visão tradicional aprender tem se resumido em processo de memorização, na direção da concepção critica, o aprender é apropriar, assimilar mentalmente e compreender. Dessa forma ato de ensinar ensinar se caracteriza, segundo (ANASTASIOU, 2003, p. 03) pela

> “Prática social complexa efetivada entre os sujeitos, professor e aluno, englobando tanto ação de ensinar quanto a de apreender, em processo contratual, de parceria deliberada e consciente para o enfrentamento na construção do conhecimento escolar, resultante de ações efetivadas na, e fora da, sala de aula.”

Portanto, o ensinar se constitui em uma ação complexa em que o professor proporciona ao estudante condições para que o mesmo desenvolva o conhecimento, a partir de intervenções e problematizações dos conteúdos. Fazendo com que o conteúdo tenha sentido e significado ao estudante, e esse consiga correlaciona-los, transpondo-o assim os muros da escola.

O ensinar, segundo Morais (1986), é um processo de desencadear conflitos, confrontar o senso comum e as informações já incorporadas pelos estudantes, fazer com que busquem respostas, reflitam e

pensem criticamente. O termo desencadear conflitos está ligado com a inquietação, que são possíveis com o desenvolvimento, por parte do Professor de meios para que o estudante saia da zona de conforto cognitivo, ligando a "novos" conhecimentos ministrados por ele, para que assim reflita e compreenda sobre o conteúdo.

O processo de ensino aprendizagem tem como centro o estudante, em que devemos respeitar seus limites emocionais e intelectuais no determinado momento. Assim, como posto por Morais (1986, p.34) "Ensinar é, sim, uma forma de intervir em vida humanas, mas pelo convite e não pela invasão.", entendemos que é diferente você convidar o estudante a estudar, viver, pensar e refletir do que impor uma forma de pensar e agir. O ensino é fazer com que o conteúdo seja inesquecível, sendo possível por meio do encantamento do estudante a partir do sentido e significado, ou seja, que ele veja e consiga relacionar o conhecimento com seu cotidiano e realidade social.

Uma prática complexa, que resulta na aprendizagem do estudante, indo além da simples exposição do conteúdo por parte do professor. Envolve a parceria conjunta ao estudante, que busca superar o tradicionalismo do desenvolvimento do conteúdo, como um momento que deve ser construído pelos agentes envolvidos. O estudante deve saborear o conteúdo, porém não na maneira simplória de prazer, mas como posto por ANASTASIOU (2003, p.18) "[...] o saber inclui um saber quê, um saber como, um saber porque e um saber para quê.", havendo assim sentido e significado no conteúdo aprendido.

O processo de ensino-aprendizagem que proporcionará a construção do conhecimento que se estabelece pela troca de tarefas entre professor e estudante. Leva em consideração que o estudante já traz consigo conhecimentos apreendidos anteriormente a sua vida escolar e durante a vida social, a partir das suas experiências, valores e cultura. Cabe ao professor saber avaliar esses saberes, para que a partir deles os estudantes construam novos conhecimentos reelaborando-os.

Alguns princípios pautam o processo de ensino-aprendizagem, sendo estes: criatividade, contextualização, interdisciplinaridade e ludicidade. A criatividade não é vista como um dom do professor para elaborar métodos de ensino, mas a ação de indagar o estudante para que refletia e busque

respostas as problemáticas apresentadas, ressignificando o conhecimento e agindo , ou seja, o processo criativo é uma construção cognitiva do sujeito de ressignificação dos conhecimento e informações, por meio da relação que se estabelece com o ambiente e os objetos.

A contextualização está vinculada a ação docente de relacionar o conteúdo estudado ao cotidiano e ações sociais mais próximas ao do estudante, para que assim o conteúdo tenha sentido e significado sendo apropriado e apreendido pelo estudante. Já a interdisciplinaridade, tem por objetivo que os conteúdos das disciplinas se relacionem, e tenha um resultado conjunto.

Outros princípios tais como o da interdisciplinaridade e o da ludicidade, devem ser levados em consideração nesse processo. Compreendendo que o conteúdo não possui o fim nele mesmo, e que a organização da escola é por disciplinas, os conhecimentos específicos devem se correlacionam e ao conversarem entre si, as disciplinas recorrem umas as outras para solucionarem problemas específicas de suas áreas.

Tais princípios nos levam a perceber que o processo de ensino e aprendizagem não se limita ao acumulo de informações, mas sim na construção de saberes que devem ser significativos aos estudantes, para que sejam apropriados, refletidos, para que o mesmo consigo agir de forma critica no meio social, interferindo e modificando sua realidade.

Concepção de avaliação

Compreende-se avaliação enquanto um momento essencial à educação. Considera-se o ato de avaliar um processo de análise, discussão, reavaliação e reorganização da ação docente e da compreensão do estudante em relação ao conteúdo. Dessa maneira, avalia-se qualitativamente, e não quantitativamente, pois a construção do conhecimento a partir da reflexão é o essencial para a educação. Considera-se também o erro dos estudantes enquanto uma nova possibilidade de construção de saberes, e não exclui-los pelos seus equívocos.

O corpo docente não deve entender avaliação enquanto uma etapa terminal, pois significa a fragmentação do processo de ensino e

aprendizagem. Segundo Hoffmann, (1995, p. 18) “A avaliação é a reflexão transformada em ação [...] Um processo interativo, através do qual educandos e educadores aprendem sobre si mesmo e sobre a realidade escolar no ato próprio da avaliação”. Então caracterizam-se pelo acompanhamento por parte do professor da construção de conhecimento do estudante durante todo o seu processo educacional.

No relacionamento entre professor-estudante, ambos têm de se modificar, pois o processo de ensino e aprendizagem requer a auto avaliação da ação pedagógica do docente, sendo que justificaria seu conhecimento como verdadeiro, único e terminal caso não houvesse constante reflexões de sua prática.

Pensar nesta perspectiva de avaliação exige uma concepção de estudante como sujeito da sua própria construção, inseridas no contexto de sua realidade social e política. Seres autônomos intelectual e moralmente (com capacidade e liberdade de tomar suas próprias decisões), críticos e criativos (inventivos, descobridores e observadores) e participativos (agindo com cooperação e reciprocidade) (HOFFMANN, 1995, p. 20). O ato de avaliar é traduzido na busca incessante da compreensão das dificuldades do estudante e nas novas oportunidades de construção do conhecimento, é pensar como o educando pensa e porque ele pensa dessa maneira, é educar para a autonomia do sujeito.

Considerações Finais

Ao analisarmos os aspectos essenciais de um currículo fica evidente que quando pesquisamos sobre ele não podemos levar em conta apenas os conteúdos/conhecimentos científicos que o constitui, pois o mesmo está inserido dentro do contexto historicamente construído. O currículo é permeado de questões ideológicas, concepções e visões de mundo que servirão como base de todo o trabalho realizado na escola.

O Projeto Político Pedagógico por sua importância deve ser construído e vivenciado em todos os momentos, não somente construído e arquivado, é essencial o documento estar em constante avaliação e reelaboração, uma vez que o mesmo não se encontra pronto e acabado.

Destacamos a importância deste documento ser construído em conjunto professores, funcionários, pais e alunos, pois eles fazem parte e são responsáveis pelo currículo e pela materialização do mesmo.

Todo Projeto Político Pedagógico deve apresentar qual é a identidade da escola e o que se almeja com ela, a concepção de ser humano e sociedade, concepção de professor e estudante, concepção de conteúdo, concepção de ensino aprendizagem e concepção de avaliação.

Todas as concepção por nos defendidas nesta pesquisa são embasadas em teorias críticas que objetivam formar um cidadão consciente, crítico, autônomo e capaz de opinar e agir sobre o mundo, a educação deve proporcionar a libertação do aluno, faze-lo entender a sociedade em que está inserido e ser capaz de modifica-la.

A busca para atingir estes objetivos se materializará no processo de ensino-aprendizagem, sendo membros fundamentais desse processo, o Professor e o estudante, em que ambos são responsáveis pelo desenvolvimento qualitativo do processo. A forma de verificação do desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem deve acontecer por meio de avaliações processuais, na qual leva em consideração o desenvolvimento do estudante e não apenas o produto final. Dessa forma cabe também ao professor avaliar sua ação docente, refletindo sobre sua práxis.

Diante das constantes avaliações do processo ensino-aprendizagem, do desenvolvimento escolar e da materialização do currículo, é possível refletir se estará havendo a coerência curricular, ou seja, se os objetivos e metas propostas pelo projeto da escola estão sendo alcançadas e desenvolvidas.

Este é um aspecto importante se levarmos em consideração que muitas vezes o currículo é construído por um grupo reduzido de pessoas, não há a participação de toda a comunidade escolar e também não há avaliações para se analisar como está a materialização do currículo. Também vale destacar que está perspectiva crítica de currículo ainda hoje se apresenta de maneiras isoladas, sendo ainda mais comum um currículo tradicional.

Referências

ANASTASIOU, L. G. C.. ALVES, L. P.. **Processo de Ensinagem na Universidade: Pressupostos de estratégias de trabalho em Aula.** Joinville, SC: UNIVILLE, 2003. p.11-37.

BUSSMANN, A. C. O projeto político-pedagógico e a gestão da escola. VEIGA, I. P. A. **Projeto Político-Pedagógico da Escola:** uma construção possível. 2ª edição. Campinas, SP: Papirus, 1996.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GESSER, V. A evolução histórica do currículo: dos primórdios a atualidade. **Revista Contrapontos.** Itajaí, v. 2, n. 1, p. 69- 81, 2002.

GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Trad. Daniel Bueno. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

HOFFMANN, J. **Avaliação:** mito e desafio. Porto Alegre: Artmed, 1995.

MATOS, Aparecida. Fundamentos da Teoria Piagetiana: Esboço de um Modelo. **Revista Ciências Humana UNITAU**, Taubate, SP: 2008. VOL. 1, N. 1. Disponível em <www.unitau.br/revistahumanas>.

MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino,** As abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

MONTEIRO, A. M. F. C. **Professores: entre saberes e práticas.** *Educ. Soc.* [online]. 2001, vol.22, n.74, pp.121-142. ISSN 0101-7330. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302001000100008.>

MORAIS, R. de. **O que é ensinar.** São Paulo: EPU, 1986.

MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. **Currículo, cultura e sociedade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

PARANÁ. Secretária de Estado de Educação do Paraná. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica. 2008.**

PIMENTA, Selma G. Projeto Pedagógico e Identidade da Escola. In: _____. **De Professores, Pesquisa e Didática.** Campinas, SP: Papirus 2002. p. 59-76.

SANTOS, Adriana Regina de Jesus. O Currículo e o contexto educacional: origens e tendências. In: PLATT, Adreana Dulcina. **Currículo e Formação Humana: Princípios, Saberes e Gestão.** 1ed. Curitiba: Editora CRV, 2009. p. 115-139.

SAVIANI, D. Sobre a Natureza e Especificidade da Educação. SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica,** Primeiras Aproximações. Campinas, SP: Autores Associados, 1944.

SILVA, L. C. F; PÂLMA, A. P. T. V. Correlações epistemológicas entre as correntes teóricas do desenvolvimento do conhecimento humano, os paradigmas educacionais e as abordagens da Educação Física. **CONPEF**, Londrina, PR: 2005.

VEIGA, I. P. A. **Escola Fundamental:** currículo e ensino. Campinas, SP: Papirus, 1991.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola:** uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 1998 p.11-35.